

TRIBUNAL DE C

e-DOC 7D0EF9DE

Proc 17175/2015-e

Protocolo:

102201/2020

e-Doc: CA1338DA

15/04/2020 20:39:30

www.tc.df.gov.br/consultas





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 2121/2020 - SEEC/GAB

Brasília-DF, 08 de abril de 2020.

A Sua Excelência a Senhora
ANILCÉIA LUZIA MACHADO
Presidente
Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Brasília/DF

Referência: Ofício nº 1052/2020-GP (36478368)

Senhora Presidente,

1. Ao cumprimentá-la, reporto-me ao Ofício nº 1052/2020-GP (36478368), o qual encaminhou a Decisão nº 452/2020, Processo nº 17175/2015-e, que trata de "Auditoria de regularidade realizada em vários órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal, tendo por objeto os pagamentos de adicionais de insalubridade e de periculosidade efetuados aos servidores, assim como os procedimentos de concessão dessas vantagens".

2. A Decisão nº 452/2020 foi vazada nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

(...)

III – por conta dos Decretos nºs 32.547/2010, 34.023/2012 e 40.030/2019, determinar à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que envie esforços no sentido de atualizar o Laudo Pericial nº 75/2003 para regularização das concessões de adicionais de insalubridade e/ou periculosidade no âmbito do Detran/DF, comunicando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, o andamento dos procedimentos de interesse, tendo em conta, ainda, o conteúdo do Memorando SEI-GDF nº 61/2018 - SEPLAG/SUBSAUDE/DISPSS/GST, em que fora solicitada prorrogação de prazo para conclusão de tal tarefa;

3. Sobre o assunto, a Secretaria Executiva de Gestão Administrativa desta Pasta (Despacho SEEC/SEGEA - 38293157) acolheu a manifestação da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (Despacho SEEC/SEGEA/SUBSAUDE/DISPSS/GST - 38211896), a qual apresentou considerações no que concerne à realização de avaliação ambiental em atividades da “operação fumaça” e, na concessão e pagamento de adicionais de insalubridade a diversos cargos/funções do quadro de servidores do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF. Além disso, teceu recomendações àquele Departamento.

4. Nesse sentido, cumpre informar que foi enviado o Ofício Nº 2119/2020 - SEEC/GAB (38365728), ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal, para conhecimento e providências decorrentes quanto às recomendações sugeridas pela Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, no Despacho SEEC/SEGEA/SUBSAUDE/DISPSS/GST (38211896).

5. Ante o exposto, em resposta ao Ofício nº 1052/2020-GP (36478368), encaminho, para conhecimento, os documentos relacionados abaixo:

Documento	Código Verificador (Doc. SEI/GDF)	Código CRC
Despacho SEEC/SEGEA/SUBSAUDE/DISPSS/GST	(38211896)	C5F52D9A
Memorando Nº 259/2020 - SEEC/SEGEA/SUBSAUDE/GAB	(38244979)	7CEC8CE9
Despacho SEEC/SEGEA	(38293157)	1F183238
Ofício Nº 2119/2020 - SEEC/GAB	(38365728)	

Atenciosamente,

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA - Matr.0032343-8, Secretário(a) de Estado de Economia do Distrito Federal**, em 14/04/2020, às 11:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38365896** código CRC= **E683ADF6**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti - 10º andar - Sala 1001 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP
70075-900 - DF
3313-8104



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO
FEDERAL

Gabinete

Ofício Nº 2119/2020 - SEEC/GAB

Brasília-DF, 08 de abril de 2020.

Ao Senhor

VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA

Diretor-Geral

Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF

Brasília/DF

Referência: Ofício nº 1052/2020-GP (36478368)

Senhor Diretor-Geral,

1. Ao cumprimentá-lo, reporto-me ao Ofício nº 1052/2020-GP (36478368), o qual encaminhou a Decisão nº 452/2020, Processo nº 17175/2015-e, que trata de "Auditoria de regularidade realizada em vários órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal, tendo por objeto os pagamentos de adicionais de insalubridade e de periculosidade efetuados aos servidores, assim como os procedimentos de concessão dessas vantagens".

2. A Decisão nº 452/2020 foi vazada nos seguintes termos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

(...)

III – por conta dos Decretos nºs 32.547/2010, 34.023/2012 e 40.030/2019, determinar à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que envide esforços no sentido de atualizar o Laudo Pericial nº 75/2003 para regularização das concessões de adicionais de insalubridade e/ou periculosidade no âmbito do Detran/DF, comunicando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, o andamento dos procedimentos de interesse, tendo em conta, ainda, o conteúdo do Memorando SEI-GDF nº 61/2018 - SEPLAG/SUBSAUDE/DISPSS/GST, em que fora solicitada prorrogação de prazo para conclusão de tal tarefa;

3. Sobre o assunto, a Secretaria Executiva de Gestão Administrativa desta Pasta (Despacho SEEC/SEGEA - 38293157) acolheu a manifestação da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (Despacho SEEC/SEGEA/SUBSAUDE/DISPSS/GST - 38211896), a qual teceu as seguintes recomendações a esse Departamento:

(...)

Ante o exposto, recomendamos:

a. que o DETRAN-DF contrate os serviços de empresa técnico-

especializada em avaliação ambiental, com o objetivo de mensurar, com o uso de metodologia adequada, os níveis de concentrações dos agentes químicos existentes nas atividades que envolvem a operação fumaça e demais atividades, desde que o levantamento dos dados seja supervisionado por servidor desta Gerência, com a finalidade de auxiliar os referidos profissionais na expedição do laudo técnico. Segue abaixo especificação dos agentes que devem ser analisados e as respectivas metodologias que devem ser contratados pelo DETRAN-DF, para respaldo técnico-legal por parte dessa gerência:

Agentes Químicos	Método de Análise
Monóxido de Carbono	OSHA ID-210/ OSHA ID-209/ NIOSH 6604
Dióxido de Carbono	OSHA ID-210/ OSHA ID-172/ NIOSH 6603 (modificado)/
Dióxido de Nitrogênio	OSHA ID-182/ OSHA ID- 190/ NIOSH 6014
Dióxido de Enxofre	NIOSH 6004

Ressalta-se que as avaliações deverão ser realizadas considerando a média ponderada no tempo da jornada completa de trabalho dos agentes.

No tocante ao agente químico Dióxido de Nitrogênio, cujo valor teto é determinado pelo Anexo 11 da NR 15, deverá ser feita pelo menos 10 amostragens, para cada ponto, e entre cada amostragem deverá haver um intervalo de, no mínimo, 20 minutos, com tempo de amostragem de 15 minutos cada.

Cumpra salientar que, também serão realizadas avaliações ambientais do agente físico ruído por parte dessa gerência, após recebimento dos dosímetros recém adquiridos.

b. que as avaliações químicas ambientais sejam acompanhadas e atestadas por profissionais legalmente habilitados lotados nesta gerência, considerando que a SUBSAÚDE é o órgão central no âmbito do GDF, sendo responsável pela execução de auditoria e controle quanto ao cumprimento das normas e programas em segurança do trabalho, de acordo com os termos do Decreto nº 39.386, de 17 de outubro de 2018. Destaca-se ainda, que constitui atribuições da GST, assegurar a aplicação das disposições legais, incluindo as convenções internacionais ratificadas, os atos e decisões das autoridades competentes e as convenções, acordos e contratos coletivos de trabalho, no que tocante à proteção dos servidores públicos no exercício da atividade laboral, conforme Decreto n.º 36.561, de 19 de junho de 2015, que instituiu a Política Integrada de Atenção à Saúde do Servidor Público do Distrito Federal.

c. que seja criado um setor dentro da estrutura organizacional do DETRAN-DF, onde apenas alguns agentes seriam lotados, ficando estes incumbidos pela realização da operação fumaça. Esta ação, de caráter preventivo, diminuiria, consideravelmente, o número de agentes expostos aos gases poluentes já mencionados. É válido destacar, que tal recomendação, somente deverá ser aplicada, após confirmação, através de estudo técnico-legal, se a citada atividade for considerada insalubre;

d. que seja providenciado por parte do DETRAN-DF, a substituição do thinner, por um produto menos nocivo, nas atividades que envolvem a vistoria veicular, em atenção as recomendações apontadas na Notificação de Auditoria em Segurança do Trabalho n.º 09/2016-GST/SUBSAÚDE. A adoção desta medida, tornaria o ambiente laboral salubre, além de eliminar o risco de exposição ao produto nocivo, preservando a saúde e a integridade física dos mesmos;

Por último, colocamo-nos à disposição para apoiar o DETRAN na elaboração do termo de referência dos serviços que necessariamente precisam ser contratados.

4. Ante o exposto, encaminho as supracitadas manifestações para conhecimento e providências decorrentes.
5. Por fim, coloco a Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA - Matr.0032343-8, Secretário(a) de Estado de Economia do Distrito Federal**, em 14/04/2020, às 11:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **38365728** código CRC= **E59BB958**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti - 10º andar - Sala 1001 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP
70075-900 - DF
3313-8104



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Segurança e Promoção a Saúde do Servidor
Gerência de Segurança do Trabalho

Despacho - SEEC/SEGEA/SUBSAUDE/DISPSS/GST

Brasília-DF, 06 de abril de 2020.

AO GAB/SUBSAÚDE,

Servimo-nos do presente, para apresentar as considerações ao Ofício nº 1052/2020-GP, no intuito de orientar o Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF, no que concerne a realização de avaliação ambiental em atividades da “operação fumaça” e, na concessão e pagamento de adicionais de insalubridade a diversos cargos/funções do quadro de servidores do órgão, conforme se segue:

1. É de conhecimento público que servidores do DETRAN-DF, ocupantes do Cargo/Função de Agente de Trânsito, responsáveis pelas vistorias veiculares, intituladas “operação fumaça”, vem recebendo o valor correspondente ao adicional de insalubridade em grau máximo, por ordem do Laudo Pericial n.º 75/2003, expedido em 23/12/2003, pelo Núcleo de Segurança e Saúde do Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Porém, após modesta averiguação por parte desta Gerência de Segurança do Trabalho – GST, dos termos constantes no citado laudo, identificamos que a concessão, está baseada em simplória análise qualitativa do Monóxido de Carbono presentes na queima de combustível veicular, os quais, os agentes estavam expostos no exercício de suas atribuições.

Conforme alvitra a Norma Regulamentadora – NR 15, aprovada pela Portaria MTE n.º 3.214, de 08/06/1978, a caracterização de insalubridade se dá, quando os trabalhadores estão expostos a agentes químicos, cujos Limites de Tolerância (LT) forem ultrapassados, explicitamente definidos no Quadro 1 do Anexo 11. Exige-se ainda, que tais avaliações ambientais, sejam realizadas de forma quantitativa, com uso de aparelhagem adequada, devendo ser descrito a técnica e os equipamentos utilizados, exigências estas, não constante no referido laudo, ocasionando desta forma, desatenção a princípios técnicos-legais, norteadores sobre o assunto em tela.

Verificou-se ainda, fragilidades no rito de trabalho dos agentes, por não haver documentos comprobatórios, capazes de demonstrar a habitualidade da exposição, quando da realização das operações, fator este, preponderante, na caracterização da atividade insalubre e na concessão do pagamento.

Podemos dizer, que o Laudo Pericial n.º 75/2003 não apresenta elementos técnicos-legais suficientes e capazes de sustentar a caracterização de tal atividade ou operação como sendo insalubre, considerando o fato da metodologia e a técnica utilizada carecer de embasamento legal, estando, claramente, em desacordo com as normas vigentes.

Ademais, pesa ainda o fato de não ter sido realizada, por parte desta GST, avaliação ambiental nos postos de trabalhos dos agentes, visando à caracterização ou não de atividades e operações insalubres, conforme preconizado na NR 15 e seus anexos, na Lei Complementar n.º 840, de 23 de dezembro de 2011 e no Decreto Distrital n.º 34.023, de 10 de dezembro de 2012, pela falta de equipamentos próprios e adequados aos tipos de riscos existentes no ambiente laboral dos referidos servidores.

2. Outra situação existente no órgão, diz respeito aos servidores ocupantes do Cargo/Função de Vistoriadores Veiculares. Tais servidores recebem o adicional de insalubridade em grau médio, por fazerem uso e aplicação do produto químico thinner (*hidrocarboneto*).

No entanto, esta gerência, por meio da Notificação de Auditoria em Segurança do Trabalho n.º 09/2016, encaminhada através do Ofício n.º 142/2016-DISPSS/SUBSAÚDE/SEPLAG, de 14.06.2016, recebido pelo DETRAN-DF, em 17.06.2016, recomendou a imediata substituição do produto, que é utilizado pelos vistoriadores na limpeza do chassi, com o objetivo de facilitar a identificação da numeração, quando esta é dificultada pela presença de sujidades, embora, seja obrigatório o veículo apresentar-se limpo para a realização do procedimento. Ressalta-se, que há disponível no mercado, produto à base de água, que exerce a mesma função, mas que não é nocivo à saúde. Observem que, a simples alteração do produto, como também, a distribuição de equipamentos de proteção individual, tornaria a atividade de vistoria mais eficiente e salubre aos servidores.

3. No que se refere aos equipamentos de medição específicos, utilizados nas avaliações ambientais, esta GST adquiriu recentemente, os seguintes equipamentos: Anemômetro Digital, Dosímetro de Ruído Digital Intrinsecamente Seguro, Dosímetro de Ruído Digital com Calibrador Acústico, Luxímetro Digital Portátil, Psicômetro, Monitor de Estresse Térmico e Detector de Monóxido de Carbono, que são utilizados, por exemplo, nas medições de ruído, temperatura e luminosidade. Todavia, esta GST ainda não está em posse dos mesmos e, também, não são os suficientes para realização das análises dos agentes químicos. Ressalta-se ainda que, quando há necessidade de se realizar medições emergenciais, fazemos uso, por empréstimo, dos equipamentos pertencentes ao Departamento de Estradas e Rodagens – DER, porém, o certificado de calibração dos mesmos, encontram-se expirados, aguardando solução. Considerando também que o equipamento de medição Multigases do DER não contempla todo o rol de agentes químicos necessários para determinar a exposição dos servidores aos agentes nocivos. Assim estamos impedidos de realizar tais medições, que são imprescindíveis para atender a preceitos técnicos e legais.

Para avaliar os riscos decorrentes, é necessário determinar as concentrações dos agentes químicos no ar em ambientes de trabalho por meio de amostragem adequada e análise dos resultados obtidos e posterior análise em laboratório. Para uma análise correta, é necessária uma amostragem confiável dos agentes químicos e fundamentada em técnicas seguras. A utilização de grupos similares é a forma viável de identificarmos os riscos aos quais os trabalhadores estão submetidos.

Ante o exposto, recomendamos:

a. que o DETRAN-DF contrate os serviços de empresa técnico-especializada em avaliação ambiental, com o objetivo de mensurar, com uso de metodologia adequada, os níveis de

concentrações dos agentes químicos existentes nas atividades que envolvem a operação fumaça e demais atividades, desde que o levantamento dos dados seja supervisionado por servidor desta Gerência, com a finalidade de auxiliar os referidos profissionais na expedição do laudo técnico. Segue abaixo especificação dos agentes que devem ser analisados e as respectivas metodologias que devem ser contratados pelo DETRAN-DF, para respaldo técnico-legal por parte dessa gerência:

Agentes Químicos	Método de Análise
Monóxido de Carbono	OSHA ID-210/ OSHA ID-209/ NIOSH 6604
Dióxido de Carbono	OSHA ID-210/ OSHA ID-172/ NIOSH 6603 (modificado)/
Dióxido de Nitrogênio	OSHA ID-182/ OSHA ID- 190/ NIOSH 6014
Dióxido de Enxofre	NIOSH 6004

Ressalta-se que as avaliações deverão ser realizadas considerando a média ponderada no tempo da jornada completa de trabalho dos agentes.

No tocante ao agente químico Dióxido de Nitrogênio, cujo valor teto é determinado pelo Anexo 11 da NR 15, deverá ser feita pelo menos 10 amostragens, para cada ponto, e entre cada amostragem deverá haver um intervalo de, no mínimo, 20 minutos, com tempo de amostragem de 15 minutos cada.

Cumpre salientar que, também serão realizadas avaliações ambientais do agente físico ruído por parte dessa gerência, após recebimento dos dosímetros recém adquiridos.

b. que as avaliações químicas ambientais sejam acompanhadas e atestadas por profissionais legalmente habilitados lotados nesta gerência, considerando que a SUBSAÚDE é o órgão central no âmbito do GDF, sendo responsável pela execução de auditoria e controle quanto ao cumprimento das normas e programas em segurança do trabalho, de acordo com os termos do Decreto nº 39.386, de 17 de outubro de 2018. Destaca-se ainda, que constitui atribuições da GST, assegurar a aplicação das disposições legais, incluindo as convenções internacionais ratificadas, os atos e decisões das autoridades competentes e as convenções, acordos e contratos coletivos de trabalho, no que tocante à proteção dos servidores públicos no exercício da atividade laboral, conforme Decreto n.º 36.561, de 19 de junho de 2015, que instituiu a Política Integrada de Atenção à Saúde do Servidor Público do Distrito Federal.

c. que seja criado um setor dentro da estrutura organizacional do DETRAN-DF, onde apenas alguns agentes seriam lotados, ficando estes incumbidos pela realização da operação fumaça. Esta ação, de caráter preventivo, diminuiria, consideravelmente, o número de agentes expostos aos gases poluentes já mencionados. É válido destacar, que tal recomendação, somente deverá ser aplicada, após confirmação, através de estudo técnico-legal, se a citada atividade for considerada insalubre;

d. que seja providenciado por parte do DETRAN-DF, a substituição do thinner, por um produto menos nocivo, nas atividades que envolvem a vistoria veicular, em atenção as recomendações apontadas na Notificação de Auditoria em Segurança do Trabalho n.º 09/2016-GST/SUBSAÚDE. A adoção desta medida, tornaria o ambiente laboral salubre, além de eliminar o risco de exposição ao produto nocivo, preservando a saúde e a integridade física dos mesmos;

Por último, colocamo-nos à disposição para apoiar o DETRAN na elaboração do termo de referência dos serviços que necessariamente precisam ser contratados.

É o parecer técnico.

Sem mais para o momento, subscrevemos.

RODOLFO FRANCELINO ALVES
Engenheiro de Segurança do Trabalho
Gerente de Segurança do Trabalho



Documento assinado eletronicamente por **RODOLFO FRANCELINO ALVES - Matr.02703513, Gerente de Segurança do Trabalho**, em 06/04/2020, às 17:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38211896** código CRC= **C5F52D9A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre B, 5º andar, Sala 505 - Bairro Asa Sul - CEP 70308-200 - DF
3313-8115



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria Executiva de Gestão Administrativa

Despacho - SEEC/SEGEA

Brasília-DF, 07 de abril de 2020.

Assunto: Decisão nº 452/2020 – TCDF.

À Unidade de Controle Interno – UCI

Versam os autos acerca do Ofício nº 1052/2020-GP (36478368), proveniente do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, que remete a Decisão nº 452/2020, referente à auditoria de regularidade realizada em vários órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal, tendo por objeto os pagamentos de adicionais de insalubridade e de periculosidade efetuados aos servidores, assim como os procedimentos de concessão dessas vantagens, da qual transcrevemos:

(...)

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

(...)

III – por conta dos Decretos nºs 32.547/2010, 34.023/2012 e 40.030/2019, determinar à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal que envide esforços no sentido de atualizar o Laudo Pericial nº 75/2003 para regularização das concessões de adicionais de insalubridade e/ou periculosidade no âmbito do Detran/DF, comunicando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, o andamento dos procedimentos de interesse, tendo em conta, ainda, o conteúdo do Memorando SEI-GDF nº 61/2018 - SEPLAG/SUBSAUDE/DISPSS/GST, em que fora solicitada prorrogação de prazo para conclusão de tal tarefa;

(....)

Diante do Memorando nº 110 (36566354), dessa procedência, a matéria foi examinada pela Gerência de Segurança do Trabalho, área técnica da Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho desta Secretaria Executiva, que se manifestou nos termos do Despacho SEEC/SEGEA/SUBSAUDE/DISPSS/GST (38211896), consubstanciado pelo Memorando nº 259 (38244979).

Face ao exposto, e em atenção ao Despacho SEEC/GAB/UCI (37774596), restituímos os autos a essa Unidade de Controle Interno para conhecimento e providências decorrentes.

JULIANO PASQUAL

Secretário Executivo de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **JULIANO PASQUAL - Matr. 0275062-7, Secretário(a) Executivo(a) de Gestão Administrativa**, em 07/04/2020, às 13:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38293157** código CRC= **1F183238**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 6º Andar - Sala 610 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF

3313-6219

00040-00007050/2020-21

Doc. SEI/GDF 38293157



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho
Gabinete

Memorando Nº 259/2020 - SEEC/SEGEA/SUBSAUDE/GAB

Brasília-DF, 06 de abril de 2020.

PARA: SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

URGENTE

Senhor Secretário Executivo,

Em resposta ao Despacho SEEC/SEGEA (37933708), sirvo-me do presente para encaminhar manifestação técnica da Gerência de Segurança do Trabalho, constante no Despacho SEEC/SEGEA/SUBSAUDE/DISPSS/GST (38211896), em referência a solicitação disposta no Despacho SEEC/GAB/UCI (37774596), cujo prazo de resposta desta Unidade seria até hoje para essa Secretaria Executiva.

Atenciosamente,

ANA PAULA DELGADO DE LIMA

Subsecretária de Segurança e Saúde no Trabalho/SEGEA/SEEC



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA DELGADO DE LIMA - Matr.0214367-4, Subsecretário(a) de Segurança e Saúde no Trabalho**, em 06/04/2020, às 18:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **38244979** código CRC= **7CEC8CE9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS-B, Quadra 09, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 1º Subsolo - CEP 70308-200 - DF

3347-5092

Zimbra**protocolo@tc.df.gov.br**

Ofício Nº 2121/2020 - SEEC/GAB

De : SEEC/Gabinete
<gabinete.secretario@sefp.df.gov.br>

ter, 14 de abr de 2020 12:10

 5 anexos

Assunto : Ofício Nº 2121/2020 - SEEC/GAB

Para : protocolo@tc.df.gov.br

Responder para : SEEC/Gabinete
<gabinete.secretario@sefp.df.gov.br>


Prezado(a), encaminho o Ofício Nº 2121/2020 - SEEC/GAB e seus anexos pertinentes, subscrito pelo Senhor Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal.


Atenciosamente,


Assessoria Especial do Gabinete da Secretaria de Estado de Economia


Tel: 3313-8104

Solicito que nos seja encaminhado o comprovante de recebimento.

 **Oficio_38365896.pdf**
46 KB

 **Despacho_38211896.pdf**
61 KB

 **Memorando_38244979.pdf**
42 KB

 **Despacho_38293157.pdf**
45 KB

 **Oficio_38365728.pdf**
52 KB
